

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.564.590 - SP (2019/0240524-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**EMBARGANTE** : **ALINE GOES BARBOZA**  
**ADVOGADO** : **RODRIGO CÉSAR VIEIRA GUIMARÃES E OUTRO(S)** - SP172960  
**EMBARGADO** : **RICARDO MARCONDES**  
**ADVOGADO** : **RAFAEL SAMMARCO BRANCO E OUTRO(S)** - SP287903

**DESPACHO**

Trata-se de embargos de declaração (e-STJ fls. 398/401) opostos à decisão desta relatoria que não conheceu do agravo em recurso especial interposto pela embargante (e-STJ fl. 396).

A parte embargante aponta obscuridade na decisão embargada, ante a incidência da Súmula n. 182/STJ. Nesse contexto, alega que teria impugnado a aplicação da Súmula n. 7/STJ.

Da leitura dos aclaratórios, constata-se que a parte embargante pretende, em verdade, a reforma da decisão embargada de fl. 396 (e-STJ), sob o pretexto de sanar a obscuridade aqui indicada.

Assim, diante da possibilidade do órgão julgador receber os aclaratórios como agravo interno (CPC/2015, art. 1.024, § 3º), caso entenda ser este o recurso cabível, intime-se a parte embargante para que, no prazo de 5 (cinco) dias, complemente as suas razões recursais, de modo a ajustá-las às exigências do art. 1.021, § 1º, do NCPC.

Após, intime-se a parte embargada, nos termos do § 4º do art. 1.024 do CPC/2015.

Publique-se.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

**Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator